

Ata da 12ª (décima segunda) reunião ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Legislatura 2013/2016 da Câmara Municipal de Guanhões, realizada no dia 15 de agosto de 2016 às 19:00 horas, sob a Presidência do Vereador Alberto Magno Dias que cumprimentou a todos e solicitou ao senhor secretário que procedesse com a chamada inicial dos Vereadores a qual estavam todos presentes. Como houve número regimental declarou em nome de Deus abertos os trabalhos. Prosseguindo, os vereadores procederam com a oração do Pai Nosso para o bom andamento dos trabalhos. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao Comandante da 25ª Companhia Independente da Polícia Militar, Major Gilberto de Jesus Costa para uso da tribuna a requerimento do vereador Antônio Sérgio Figueiredo e a convite da Câmara Municipal. O vereador Antônio Sérgio justificou seu pedido dizendo que vem sendo cobrado pela comunidade em razão do aumento do índice de criminalidade em Guanhões. O Comandante cumprimentou a todos e reforçou o conceito de segurança pública. Reforçou a importância do limite, da educação para que consequentemente as pessoas não possam errar. Disse que se sente lisonjeado em ser a única instituição a ser convidada para debater este assunto de tamanha importância mas que seria necessário também a participação da Polícia Civil, Poder Judiciário e outros. Disse que a principal causa de furtos e roubos são as drogas. Que é necessário enfatizar nas escolas, nas comunidades, a necessidade do fortalecimento da nossa segurança, com instalação de grades de proteção, alarmes, câmeras de segurança e outro. Informou que nos últimos 12 meses houve um aumento de 35,71% no índice de crimes violentos em Guanhões. Pediu apoio a Câmara, para contratação de uma moto volante com mensagens de segurança para a população, devidamente consultada a opinião jurídica. Falou das parcerias com as escolas, secretaria de educação, campanhas de conscientização e valorização da vida. Pediu apoio da Câmara com a criação de campanhas visando apoiar as ações da Polícia Militar, promoção de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida como a vinda do SAMU e a criação do "Olho Vivo". Agradeceu o convite e colocou a Companhia e a si próprio a disposição da Casa. O vereador Osmar cumprimentou a todos e disse ficar triste com a falta de infraestrutura do Estado para com a Polícia Militar. Parabenizou o

trabalho dos militares em Guanhães e disse continuar a disposição da Polícia Militar para parcerias. O vereador Evandro cumprimentou a todos e disse que os mineiros deveriam sentir orgulho de ter uma das Polícia Militar com mais condecorações do Brasil. Reforçou a importância da religião para a formação do caráter do ser humano. Agradeceu a presença do Comandante e se disponibilizou para parcerias futuras. O vereador Dermeval cumprimentou a todos e disse que o Estado erra ao deixar de realizar concursos regionais. Que se os militares fossem permanentes no Municípios eles teriam maior conhecimento das necessidades da população. Disse ainda que falta maior apoio da população as ações da Polícia Militar. Reforçou que a Câmara está a disposição para a formação de parcerias. O senhor Presidente convidou o Presidente do CONSEP, Dr. Geraldo Temponi Godinho para ocupar lugar de destaque na Casa. O vereador Antônio Sérgio cumprimentou a todos e falou também da necessidade da vinda do SAMU para Guanhães. Sugeriu que a Casa enviasse manifestação ao Ministério da Saúde com reivindicações do SAMU. Enfatizou também a necessidade do Corpo de Bombeiros pois Guanhães possui uma grande movimentação de ônibus e em caso de acidente o Município fica desguarnecido. O vereador Lucimar cumprimentou a todos e enfatizou o ensino dos pais de antigamente que, apesar da rigidez, podiam corrigir seus filhos sem represalhas da sociedade. Disse que a Polícia Militar tem feito sua parte mas que lá em cima, o Estado não colabora. A vereadora Dóris cumprimentou a todos e falou que além do debate é necessário ações efetivas com a população como por exemplo a realização de campanhas educativas. Disse que para alcançar grandes coisas é necessário começar primeiro pelas pequenas e uma delas é a educação que é essencial para a formação do ser humano. Pediu ação concreta da Câmara para parceria com a Polícia Militar devidamente apoiada pelo jurídico. A vereadora Luíza cumprimentou a todos e perguntou sobre as políticas públicas necessárias para o Município, sobre o policiamento preventivo nas áreas escolares e possibilidade de instalação de bases militares com efetivos nos distritos. Perguntou ainda sobre as formas de incentivo para que os munícipes prestem o concurso da Polícia Militar e as condições de insumo da polícia militar. Relembrou o caso de parceria iniciada em 2015, onde a Câmara

recebe menores infratores para prestação de serviços comunitários. Em uso da palavra, o Comandante lembrou que a sede nova do Quartel possibilitará que Guanhães possua um Batalhão e posteriormente uma unidade do Corpo de Bombeiros. Reforçou a necessidade da Polícia Comunitária ser fomentada a todo momento. Com relação ao concurso, sugeriu que no próximo concurso a Câmara disponibilize um curso preparatório para os munícipes, tudo dentro da legislação. Com relação ao Corpo de Bombeiros, disse que a nova sede do Quartel terá um, a sala para o mesmo, faltando somente o efetivo. Pediu que os vereadores formem uma Comissão e se dirijam aos chefes do Estado para solicitar de maneira constante este Efetivo. Disse que está com Efetivo reduzido e que está tentando a vinda de pelo menos quatro militares novos que possibilitaram o aumento da radio patrulhamento. O Comandante agradeceu o convite e se colocou a disposição da Casa. O senhor Presidente agradeceu a presença do Major e agradeceu principalmente o apoio que a Polícia Militar vem prestando a esta Casa em sessões que se fazem necessário. Disse que a Casa sempre manteve parceria com a Polícia e que neste momento não será diferente. Que dentro das possibilidades legais, a Câmara discutirá com o Executivo e Consep parcerias. O Presidente do Consep, Dr. Geraldo Temponi, cumprimentou a todos e informou que no próximo dia 24, as 17 horas, no Salão do Juri, haverá reunião com o Judiciário para discussão do processo da APAC. Prosseguindo, o senhor Presidente solicitou a leitura das Razões de Veto ao Projeto de Lei 18/2016 que, “Concede reajuste de vencimentos aos servidores do quadro do Magistério, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do Magistério Público da Educação Básica, nos termos em que preceitua a Lei Federal nº. 11.738/2008”. As razões de veto foram colocadas em discussão. Em uso da palavra, o Procurador Adjunto da Casa, Dr. Henrique Guilherme disse que esteve com a Procuradora do Município que lhe disse que já havia acordado junto ao sindicato e servidores que o Município pagaria o piso nacional mas que primeiramente seria necessário enviar o veto a Câmara. Afirmou que caso a Câmara derrube o veto, o Município poderá ingressar com uma ação de inconstitucionalidade e lograr êxito no caso em questão. A vereadora Dóris disse que em reunião com servidores, os mesmos

manifestaram interesse de derrubar o veto pois segundo eles, o Município descumpriu o acordo com eles firmado. O senhor Presidente cobrou que os acordos entre Sindicato e Executivo sejam oficiados e assinados. A vereadora Dóris disse que pediu parecer jurídico da matéria mas que não foi atendida, que lhe foi informado que o veto não necessitaria de parecer. O senhor Presidente respondeu que já foi informado na Casa que nenhum projeto será apreciado sem parecer jurídico. A vereadora Elizângela lembrou que a emenda foi apresentada baseada em uma tabela que veio anexa ao projeto enviado pelo Executivo. O vereador Dermeval lembrou que se o Executivo errou ao enviar a tabela, a Câmara Municipal também errou ao tentar consertar o errado. O vereador Nivaldo tomou a palavra e perguntou ao jurídico da Casa se a Prefeitura tem condições de pagar o piso nacional sem enviar Projeto de Lei a esta Casa. Dr. Henrique respondeu que a Lei Federal é superior e prevalece sobre leis municipais e que explicou ao jurídico da prefeitura que entendeu e afirmou que iria pagar o piso com base na legislação federal. O senhor Presidente sugeriu a prorrogação da sessão para que seja realizada reunião com Sindicato, representante do jurídico e que seja homologado acordo com a classe. A vereadora Luíza discordou do adiamento da sessão pois a matéria já foi discutida com a categoria mas que, se há dúvida de algum vereador que não esteve presente na reunião interna, que a discussão da matéria seja adiada até que as dúvidas sejam esclarecidas. O vereador Demétrio pediu a presença da secretária de educação na reunião com o sindicato. O Vereador Evandro lembrou que em outras situações na Casa os vereadores foram questionados por votar matéria inconstitucional e agora a situação muda e nada é questionada por votar inconstitucionalidade. Diante da situação, o senhor presidente consultou aos pares sobre o adiamento da presente sessão para que a matéria seja novamente discutida com a classe. Por unanimidade, os vereadores aprovaram o adiamento da sessão. O senhor Presidente determinou a suspensão dos trabalhos e convocou os vereadores para o prosseguimento da presente sessão na próxima segunda-feira, às 19 horas. Prosseguindo com a sessão, em 22 de agosto de 2016, feita a chamada inicial constatou-se apenas a ausência da vereadora Maria Anídia de Paula. Iniciado os trabalhos, o senhor Presidente solicitou a leitura da ata da sessão

interna realizada. O vereador Demétrio pediu o registro em ata de que não foi comunicado da realização da reunião interna nesta Casa e se fosse comunicado teria comparecido com o maior prazer. Pediu cópia da ata da reunião interna para tomar conhecimento. A vereadora Dóris pediu que fosse registrado em ata que avisou a Casa que na quinta feira estaria impossibilitada de comparecer pedindo a marcação da reunião interna em outra data mas que a reunião foi marcada na quinta feira para justamente impossibilitá-la de comparecer. Disse que na ata consta que a presidente do Sindicato iria se reunir com a classe para debater as propostas apresentadas e que portanto não possui real conhecimento da opinião da classe. Em resposta, o senhor Presidente disse que a reunião foi agendada de acordo com a agenda do advogado do sindicato que chegou a cidade na quarta feira e iria embora na quinta feira. Diante da discussão apresentada, o senhor Presidente solicitou ligação telefônica para a presidente do sindicato que afirmou pela manutenção do veto de acordo com parecer jurídico do advogado do sindicato e que conversou com colegas do magistério que manifestaram apoio a opinião do advogado. As razões de veto foram colocadas em votação sendo aprovadas por unanimidade dos vereadores. Prosseguindo, foi solicitada a leitura do parecer jurídico apresentado as Razões de Veto ao Parágrafo 1º do Artigo 9º do Projeto de Lei nº. 14/2016 que, “Regulamenta a Gestão Democrática na rede Municipal de Ensino de Guanhães/MG e dá outras Providências”.As razões de veto foram colocadas em discussão. Dr. Henrique tomou a palavra e a pedido do presidente da Casa, justificou que a emenda apresentada ao projeto regulamentou a composição da comissão de eleição que no projeto constava que seria regulamentada por decreto. A vereadora Elizângela cumprimentou a todos e disse que não entendeu o veto pois a emenda foi feita da maneira mais democrática possibilitando a participação de toda a comunidade no processo de eleição. As razões de veto foram colocadas em votação, quando votaram pela rejeição do veto os vereadores Antônio Sérgio, Demétrio Ayala, Dermeval de Pinho, Dóris Campos Coelho, Elizângela Sette, José Longuinho Pires de Menezes, Lucimar Ferreira, Luíza Amélia Barbosa, Osmar Gomes Fidélis, atingindo assim o quórum necessário de 2/3 de votos pela rejeição do veto. Os demais

veradores votaram pela manutenção do veto. O senhor Presidente declarou o veto rejeitado. Consta-se em ata que os projetos de Lei 20/2016, 21/2016 e 22/2016 foram lidos na sessão ordinária realizada no dia 01 de agosto último passado. Prosseguindo, foi feita a leitura dos projetos de Lei 23/2016, 24/2016 e 25/2016, ambos que dão denominação à via pública. Em seguida, foi solicitada a leitura dos expedientes a darem entrada na Casa, bem como dos ofícios protocolados na Casa, assim sendo: Requerimento 47/2016, de autoria do vereador Osmar Gomes Fidélis, Requerimento 48/2016 de autoria do vereador Nivaldo dos Santos, Requerimento 49/2016 e 50/2016 de autoria da vereadora Dóris Campos Coelho, Moção 30/2016 de autoria do vereador José Longuinho Pires de Mensezes, Moção de Pesar 31/2016 de autoria do vereador Demétrio Ayala, Moção 32/2016 de autoria dos vereadores Demétrio Ayala e Alberto Magno, Moção 33/2016 de autoria do vereador Demétrio Ayala, Moção 34/2016 de autoria do vereador Dermeval de Pinho Tavares Neto, Antônio Sérgio e Demétrio Ayala, Moção 35/2016 de autoria do vereador presidente Alberto Magno, Moção 36/2016 de autoria do vereador Antônio Sérgio, Demétrio Ayala e Alberto Magno, Moções de Pesar 37/2016, 38/2016, 39/2016, 40/2016, 41/2016 e 42/2016 de autoria da vereadora Maria Anídia de Paula, Moção 43/2016 de autoria do vereador Antônio Sérgio. Também foram apresentadas as Indicação /2016 de autoria do vereador, Indicação 58/2016 e 59/2016 de autoria do vereador José Longuinho Pires de Menezes, Indicação 60/2016 de autoria do vereador Lucimar Ferreira Pinto, Indicação 61/2016 de autoria do vereador Antônio Sérgio Figueiredo. Também foi feita a leitura do Ofício nº. 41/2016 da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais, Ofícios nº. 19/2016, 20/2016, 21/2016, 124/2016 e 126/2016 de autoria do Executivo Municipal e encaminhado a Casa Legislativa. Os expediente foram colocados em discussão. O vereador Lucimar cumprimentou a todos e disse que apresentou a indicação a pedido dos moradores da rua 13 de maio, bem como de funcionários do Hospital e da Cenibra que necessitam acessar a rotatória próximo a Padaria Brasil. A vereadora Dóris cumprimentou a todos e justificou a apresentação de seu requerimento realtivo ao SAAE tendo em vista que no último verão a população guanahanese passou por dificuldades no abastecimento de água. Pediu a

presença também da secretaria de meio ambiente, e que seja convidada a população para participar da sessão. Com relação a taxa de expediente, apresentou requerimento pois a taxa tornou-se inconstitucional e muitos cidadãos não possuem condições de arcar com os custos da taxa. Que seja feita a mudança no Código Tributário aprovado na Casa. O vereador Antônio Sérgio reforçou a importância das indicações de concessão de auxílio funeral aos servidores e de parcelamento das guias de IPTU. Justificou a ausência da vereadora Anídia em razão de falecimento de seu irmão. O vereador Demétrio tomou a palavra e cobrou do Executivo a instalação de iluminação pública no Beco das Olarias e Beco Ataléia bem como rede de esgoto uma vez que há construções no local impossibilitadas de moradia devido a falta de iluminação. Cobrou também a construção da Ponte do Dola, que pode inclusive ser feita com cabo de aço doados. O vereador Osmar lembrou que a instalação de quebra molas na Rua Hermes Claudionor Nunes já estão sendo instalados. O vereador Dermeval lembrou que na ponte que desabou na Rua Treze de Maio é necessário a construção de uma galeria de modo a oferecer segurança aos cidadãos. Lamentou a ausência de ouvintes na sessão. A vereadora Dóris lembrou que devido ao período eleitoral, ficou impossibilitada de realizar chamadas avisando das sessões. Que isso pode contribuir com a ausência de participantes na sessão. Os vereadores Lucimar e Dermeval acreditam que a ausência seja porque a população esteja desesperançosa. Os expedientes foram colocados em votação sendo por todos aprovados. Nada mais há tratar, eu secretário, lavrei a presente ata que depois de lida, se aprovada, segue assinada por todos os vereadores presentes. Sala das Sessões, aos 22 de agosto de 2016.